



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

**Informação a integrar o**  
**Relatório ao artigo 9.º da Decisão SIEG e do ponto 62 do Enquadramento SIEG**

**3) Ligações aéreas ou marítimas com ilhas** [art. 2.º, n.º 1, alínea d) da Decisão 2012/21/EU, de 11/01/2012]

<b>Descrição clara e completa do modo como os respetivos serviços estão organizados no seu Estado-Membro<sup>1</sup></b>	
Explicar que tipo de serviços no respetivo setor foram definidos como SIEG no seu Estado-Membro. Enumerar de forma tão clara quanto possível os <b>conteúdos dos serviços atribuídos como SIEG</b> .	<p>Foram definidos como SIEG os seguintes serviços:</p> <p>a) serviço de transporte aéreo entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, com o objetivo de assegurar aos utentes serviços mínimos. Foram fixadas, entre outras, imposições ao nível de frequências, capacidade, categorias das aeronaves utilizadas, tarifas, continuidade, pontualidade, horários, comercialização dos voos e serviços postais;</p> <p>b) serviço público sazonal de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, exceto o Corvo, de maio a setembro, com o objetivo de garantir a mobilidade entre todas as ilhas do arquipélago por via marítima durante o período de verão e o serviço regular de transporte de passageiros entre as ilhas das Flores e do Corvo, ambos assegurados pela empresa pública Atlânticoline, SA.</p> <p>c) serviço público de transporte marítimo regular entre as ilhas do Triângulo (Faial, Pico e São Jorge), com o objetivo de garantir aos utentes serviços mínimos ao nível de</p>

<sup>1</sup> Se no seu Estado-Membro num determinado setor apenas houver um pequeno número de SIEG individuais, agradeceríamos uma descrição pormenorizada desses serviços. Se no seu Estado-Membro um grande número de serviços for confiado a um setor específico (por exemplo, devido ao facto de a competência caber às autoridades regionais ou locais), seria desproporcionado facultar informações individuais sobre as atribuições; continua a ser de importância crucial, porém, uma descrição geral clara e concisa do modo como o setor é organizado, incluindo as características comuns das atribuições individuais. Atendendo a que os casos abrangidos pelo Enquadramento SIEG serão em número limitado, a Comissão espera uma descrição pormenorizada de cada medida concreta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	frequências, capacidades, categorias das embarcações utilizadas, tarifas e continuidade e pontualidade do serviço, assegurado pela empresa Transmaçor, Lda, que foi extinta a 11 de setembro de 2015, por via do processo de fusão por incorporação na Atlânticoline, SA.
Explicar das <b>formas</b> (habituais) <b>de atribuição</b> . Se forem utilizados modelos normalizados para as atribuições para um determinado setor, é favor anexá-los.	<p>A responsabilidade pela gestão do serviço de interesse económico geral foi confiada às empresas do setor público empresarial conforme abaixo se enuncia.</p> <p><b><u>TRANSPORTE AÉREO</u></b></p> <p>SATA AIR AÇORES, SA</p> <p>A partir de 1 de abril de 2003, a Região Autónoma dos Açores decidiu impor obrigações de serviço público, ao serviço de transporte aéreo entre as ilhas do Arquipélago, com o objetivo de assegurar aos utentes, serviços mínimos.</p> <p>Foram fixadas, entre outras, imposições ao nível de frequências, capacidade, categorias das aeronaves utilizadas, tarifas, continuidade, pontualidade, horários, comercialização dos voos e serviços postais. Estas obrigações de serviço público foram publicadas no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º 2002/C 115/02, a 16 de maio de 2002.</p> <p>Posteriormente, ao abrigo do n.º 1, alínea a), da cláusula 4.ª do Regulamento (CEE) n.º 2408/92 do Conselho, de 23 de julho, a Região Autónoma dos Açores lançou um concurso público para adjudicação da exploração do serviço de transporte aéreo regular no interior da Região, o qual foi publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias 2002/C 298/10, de 20 de Novembro de 2002.</p> <p>Nenhuma transportadora aérea comunitária apresentou um pedido de exploração dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores, sem exigir</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
**Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas**

	<p>compensações financeiras ou direitos exclusivos na rota, de acordo com as obrigações de serviço público impostas.</p> <p>Findo o primeiro contrato, foi lançado um novo concurso, que foi objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2006/C 51/07, de 1 de março de 2006. Apenas a SATA Air Açores, SA se apresentou a concurso com uma proposta que cumpria com todas as obrigações de serviço público impostas tendo-lhe sido atribuída a concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores mediante contrato, datado de 31 de maio de 2006, e celebrado na sequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 18/2006, de 9 de fevereiro, por um período de três anos.</p> <p>Em maio de 2009, na sequência da Resolução n.º 76/2009, de 8 de maio, foi lançado um novo concurso público, que foi objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2009/C 115/05, de 15 de Maio de 2009, na sequência do qual novamente apenas a SATA Air Açores, SA se apresentou a concurso, tendo-lhe sido atribuída a concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores, por um período de 5 anos, mediante a assinatura de um Contrato a 7 de setembro de 2009.</p> <p>Em setembro de 2015, na sequência da Resolução n.º 29/2015, de 12 de fevereiro, foi lançado um novo concurso público, que foi objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2015/C 98/06, de 25 de março de 2015, na sequência do qual novamente apenas a SATA Air Açores, SA se apresentou a concurso, tendo-lhe sido atribuída a concessão dos serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores, por um período de 5 anos, mediante a assinatura de um Contrato a 4 de setembro de 2015.</p>
--	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	<p><b><u>TRANSPORTE MARÍTIMO</u></b></p> <p>ATLÂNTICOLINE, SA</p> <p>A gestão dos serviços de interesse económico geral relativos à construção e exploração de navios de transporte de veículos e passageiros entre as ilhas do Arquipélago, bem como a prestação serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores, foi atribuída à Atlânticoline, SA pela Resolução do Conselho do Governo n.º 152/2005, de 3 de novembro, posteriormente alterada pelas Resoluções n.º 39/2006, de 20 de abril, n.º 9/2007, de 25 de janeiro, n.º 114/2008, de 1 de agosto, n.º 13/2010, de 18 de janeiro, n.º 9/2014, de 20 de janeiro e n.º 172/2014, de 21 de novembro.</p> <p>Na sequência da Resolução de 2005, foi celebrado entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e a Atlânticoline, SA, um contrato de gestão de serviços de interesse económico geral a 8 de novembro de 2005.</p> <p>TRANSMACOR, LDA (<i>extinta a 11 de setembro de 2015, por via do processo de fusão por incorporação na Atlânticoline, SA</i>)</p> <p>A partir de 1 de janeiro de 2010 a Região Autónoma dos Açores decidiu impor obrigações de serviço público ao serviço de transporte marítimo regular nas Ilhas do Grupo Central do Arquipélago (Faial, Pico e São Jorge, Terceira e Graciosa), com o objetivo de assegurar aos utentes serviços mínimos ao nível de frequências, capacidades, categorias das embarcações utilizadas, tarifas e continuidade. O anúncio do concurso destas obrigações de serviço público foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2009/S 204-293924 de 22 de outubro. Apenas a Transmaçor, Lda., se apresentou a concurso,</p>
--	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	<p>com uma proposta que cumpria com todas as obrigações de serviço público impostas, tendo-lhe sido atribuída a prestação deste serviço mediante contrato, datado de 31 de dezembro de 2009, por um período de 3 anos.</p> <p>Findo o primeiro contrato, foi lançado um novo concurso, que foi objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2013/S 130-224735, de 6 de julho de 2013, na sequência do qual novamente apenas a Transmaçor, Lda., se apresentou a concurso, tendo-lhe sido atribuída a prestação de transporte marítimo de passageiros entre as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge mediante contrato, datado de 17 de setembro de 2013, por um período de 9 meses.</p> <p>Findo o segundo contrato, foi lançado um novo concurso, que foi objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2014/S 189-333844, de 2 de outubro de 2014, na sequência do qual novamente apenas a Transmaçor, Lda., se apresentou a concurso, tendo-lhe sido atribuída a prestação de transporte marítimo de passageiros entre as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge mediante contrato, datado de 21 de novembro de 2014, por um período de 3 meses.</p> <p>Findo o terceiro contrato, foi lançado um novo concurso, que foi objeto de publicação no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2015/S 066-116633, de 3 de abril de 2015, na sequência do qual novamente apenas a Transmaçor, Lda., se apresentou a concurso, tendo-lhe sido atribuída a prestação de transporte marítimo de passageiros entre as ilhas do Faial, Pico, S. Jorge e Terceira mediante contrato, datado de 15 de abril de 2015, por um período de 9 meses.</p> <p>ATLÂNTICOLINE, SA (<i>contrato celebrado em setembro de 2015 que engloba o transporte regular e sazonal</i>)</p>
--	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	<p>Em 25 de setembro de 2015 foi celebrado com a Atlânticoline o contrato de fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na Região Autónoma dos Açores, que engloba o serviço de transporte marítimo regular de passageiros e viaturas entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge e de passageiros entre as ilhas das Flores e Corvo, bem como o serviço de transporte marítimo sazonal de passageiros e viaturas, no período compreendido entre maio e setembro, entre todas as ilhas da Região, com exceção do Corvo. O anúncio do concurso destas obrigações de serviço público foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º 2015/S 136-250930 de 17 de julho de 2015. Apenas a Atlânticoline, SA., se apresentou a concurso, com uma proposta que cumpria com todas as obrigações de serviço público impostas, tendo-lhe sido atribuída a prestação deste serviço mediante contrato, datado de 25 de setembro de 2015, com início a 1 de novembro de 2015, por um período de 14 meses.</p>
<p>Explicar a <b>duração</b> (habitual) <b>da atribuição</b> e a variação das durações das atribuições. Indicar também a proporção de atribuições com uma duração superior a 10 anos.</p>	<p>Os contratos celebrados têm habitualmente as seguintes durações:</p> <p>a) serviço de transporte aéreo entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores: 3 a 5 anos;</p> <p>b) serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região Autónoma dos Açores: 3 meses a 3 anos</p>
<p>Explicar se (habitualmente) são concedidos <b>direitos exclusivos ou especiais</b> às empresas.</p>	<p>Não são concedidos direitos exclusivos ou especiais às empresas.</p>
<p>Explicar o <b>mecanismo de compensação</b> (habitual) no que respeita aos respetivos serviços, incluindo o instrumento de auxílio (subvenção direta, garantia, etc.) utilizado, e se é utilizada a metodologia baseada na imputação de custos ou nos custos líquidos evitados.</p>	<p>Todos os contratos celebrados com as empresas do setor público empresarial regional prestadoras de serviços públicos contêm cláusulas que visam impedir subvenções cruzadas, permitir uma afetação correta dos custos e evitar compensações</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	<p>excessivas.</p> <p>É utilizada a metodologia baseada na imputação de custos, sendo a compensação financeira calculada em função do défice de exploração determinado anualmente “ex-post” em função dos custos e proveitos devidamente justificados e efetivamente incorridos, exceto no caso do último contrato celebrado com a Atlânticoline, a 25 de setembro de 2015, em que a compensação financeira é calculada com base no preço por passageiro transportado.</p>
<p>Explicar as <b>medidas</b> (habituais) <b>destinadas a evitar eventuais compensações excessivas e respetivas modalidades de reembolso.</b></p>	<p>A Região Autónoma dos Açores assegura que são realizados controlos regulares destinados a garantir que as empresas não recebem compensações superiores ao montante necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público.</p> <p>A Região considera esta fiscalização perfeitamente adequada, enaltecendo a grande proximidade que tem com estas empresas do setor público empresarial regional por razões de tutela e superintendência e pelo facto de acompanhar muito proximamente o desenvolvimento da atividade das mesmas.</p> <p><b>SATA AIR AÇORES, SA</b></p> <p>As regras para atribuição do montante da compensação financeira à SATA Air Açores encontram-se criteriosamente estipuladas no Contrato. Para certificação do valor a pagar a concessionária remete à Região um relatório anual de execução da concessão, com informação detalhada sobre os elementos estipulados, bem como os procedimentos e critérios contabilísticos utilizados. O pagamento pela concedente é efetuado após cada trimestre, sendo que o pagamento relativo ao último trimestre de cada ano só será disponibilizado após o apuramento do montante exato da compensação devida e</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
**Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas**

	<p>corresponderá à diferença entre o referido montante e o somatório dos pagamentos já efetuados. Caso o saldo correspondente ao último trimestre de cada ano seja a favor da concedente, será objeto de compensação no trimestre imediatamente a seguir, salvo o último trimestre da concessão, que será objeto de reembolso.</p> <p>Neste Contrato é enquadrável para efeito de reposição de equilíbrio financeiro da concessão, na medida do excesso dos prejuízos sofridos, a ocorrência de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou a proposta de que resulte substancial aumento de encargos, designadamente as seguintes situações e apenas na medida do excesso dos prejuízos sofridos nas percentagens superiores a 17% da variação do preço médio de combustível dos últimos 24 meses anteriores à celebração do Contrato, de 15% da cotação média do dólar face ao euro relativamente ao ano da celebração do contrato e da variação no valor dos prémios de seguros superior à taxa de inflação do ano anterior.</p> <p>ATLANTICOLINE, SA</p> <p>No caso do Contrato de Gestão de Serviços de Interesse Económico Geral celebrado com a Atlanticoline, SA, encontra-se expressamente definido que esta empresa se obriga a apresentar contas de exploração separadas por atividades, de forma a evitar que os subsídios pagos possam vir a ser utilizados no financiamento de uma atividade que se considera exercida em condições normais de mercado.</p> <p>De igual modo, o Contrato estipula que os critérios que determinam as transferências a efetuar pelo Orçamento Regional para a Atlanticoline, SA, devem estar definidos de forma clara e transparente, devendo basear-</p>
--	--





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
**Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas**

	<p>se nos custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público e que o nível de compensação deve ser fixado com base numa análise dos custos que uma empresa adequadamente gerida e equipada em meios de transporte teria de suportar para cumprir as exigências de serviço público, tendo em conta as respetivas receitas, assim como um lucro razoável pela execução destas obrigações.</p> <p>TRANSMACOR, LDA</p> <p>As regras para atribuição do montante da compensação financeira à Transmaçor, Lda., encontram-se criteriosamente estipuladas no Contrato. Para certificação do valor a pagar a adjudicatária remete à Região um relatório anual de execução do contrato, com informação detalhada sobre os elementos estipulados, bem como os procedimentos e critérios contabilísticos utilizados. O pagamento pela entidade adjudicante é efetuado após cada trimestre, sendo que o pagamento relativo ao último trimestre de cada ano só é disponibilizado após o apuramento do montante exato da compensação devida e corresponde à diferença entre o referido montante e o somatório dos pagamentos já efetuados. Caso o saldo correspondente ao último trimestre de cada ano seja a favor da entidade adjudicante, será objeto de compensação no trimestre imediatamente a seguir, salvo o último trimestre da prestação do serviço, que será objeto de reembolso.</p> <p>Neste Contrato é enquadrável para efeito de reposição de equilíbrio financeiro da prestação de serviços, na medida do excesso dos prejuízos sofridos, a ocorrência de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou o contrato de que resulte substancial aumento de custos, designadamente as seguintes situações e apenas na medida do excesso dos prejuízos</p>
--	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	<p>sofridos nas percentagens superiores a 10% da variação do preço médio de combustível e da cotação média do dólar face ao euro relativamente ao ano da celebração do contrato e da variação superior à taxa de inflação do ano anterior das taxas portuárias e dos prémios de seguros.</p> <p>ATLANTICOLINE, SA (<i>contrato celebrado em setembro de 2015 que engloba o transporte regular e sazonal</i>)</p> <p>As regras para atribuição do montante da compensação financeira à Atlânticoline, SA, encontram-se criteriosamente estipuladas no Contrato. No final de cada ano civil, o adjudicatário deve remeter à entidade adjudicante um relatório final do serviço prestado, certificado por um Revisor Oficial de Contas, o qual deve conter informação relativa: ao cumprimento das obrigações de serviço público; ao número de passageiros transportados por cada um dos serviços de transporte marítimo e por cada tipo de tarifa; e aos rendimentos dos serviços de transporte marítimo, discriminando-se autonomamente o valor do rendimento gerado pela venda de bilhetes e por tipo de tarifa.</p> <p>No final de cada ano civil é efetuado o ajustamento do preço anual face ao número de passageiros transportados, e tendo por base o referido relatório final do serviço prestado apresentado pelo adjudicatário. Caso se apure no final de cada ano civil um saldo a favor da entidade adjudicante, haverá lugar a compensação na prestação mensal do ano seguinte, salvo no último ano civil, em que tal quantia será objeto de reembolso.</p> <p>Neste Contrato é enquadrável para efeito de reposição de equilíbrio financeiro da prestação de serviços, as situações em que seja determinada pela entidade adjudicante uma modificação unilateral do Contrato ou das obrigações de serviço público, desde que,</p>
--	---



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	em resultado direto da mesma, se verifique, para o adjudicatário, um aumento dos gastos ou uma perda de rendimentos.
<b>Montante do auxílio concedido</b>	
<b>Montante total do auxílio concedido<sup>2</sup>.</b> <u>Inclui todos os auxílios pagos no seu território, nomeadamente o auxílio pago pelas autoridades regionais e locais.</u>	<p>As transferências financeiras para as empresas do setor público empresarial regional durante os anos de 2012 a 2015 foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Transporte Aéreo de Passageiros interilhas: 68.386.007,84€ . SATA Air Açores, SA: 2012: 5.733.965,50€ 2013: 13.397.785,34€ 2014: 17.455.065,00€ 2015: 31.799.192,00€</li><li>- Transporte Marítimo de Passageiros interilhas: 31.620.230,62€ 2012: 6.933.720,00€ 2013: 7.842.912,64€ 2014: 6.772.335,41€ 2015: 10.071.262,57€</li></ul>
<b>outras informações quantitativas<sup>3</sup></b>	<p>Os beneficiários dos serviços de interesse económico geral nos setores dos transportes aéreos e marítimos são os cidadãos.</p> <p>A Atânticoline, SA, e a Transmaçor, Lda., são empresas que têm um efetivo de 20 e 67 trabalhadores, respetivamente.</p> <p>A SATA Air Açores, SA é uma empresa com um efetivo médio de 670 trabalhadores.</p>

**4) Aeroportos e Portos** [art. 2.º, n.º 1, alínea e) da Decisão 2012/21/EU, de 11/01/2012]

<sup>2</sup> Tal como estipulado no artigo 9.º, alínea b), da Decisão SIEG e no ponto 62, alínea b), do Enquadramento SIEG. Fornecer, por favor, uma repartição por ano civil.

<sup>3</sup> A Comissão gostaria de receber quaisquer dados de que possa dispor sobre os auxílios concedidos em conformidade com a Decisão SIEG e o Enquadramento SIEG, por exemplo, o número de beneficiários por setor, o montante médio do auxílio, o montante por instrumento de auxílio (subvenção direta, garantia, etc.), a dimensão das empresas, etc. Se num Estado-Membro essas outras informações quantitativas não estiverem facilmente disponíveis, elas podem, obviamente, ser apresentadas de forma mais agregada e/ou por estimativa. Nesse caso, indicar que foram utilizadas estimativas e o tipo de agregação efetuada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

Descrição clara e completa do modo como os respetivos serviços estão organizados no seu Estado-Membro <sup>4</sup>	
Explicar que tipo de serviços no respetivo setor foram definidos como SIEG no seu Estado-Membro. Enumerar de forma tão clara quanto possível os <b>conteúdos dos serviços atribuídos como SIEG</b> .	Foram definidos como SIEG os seguintes serviços:  a) serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais;  b) requalificação, modernização e construção de infraestruturas portuárias.
Explicar das <b>formas</b> (habituais) <b>de atribuição</b> . Se forem utilizados modelos normalizados para as atribuições para um determinado setor, é favor anexá-los.	A responsabilidade pela gestão do serviço de interesse económico geral foi confiada às empresas do setor público empresarial conforme abaixo se enuncia.  <b><u>AEROPORTOS</u></b>  SATA GESTÃO DE AERÓDROMOS, SA  A concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos Aeródromos do Corvo, Graciosa, Pico, São Jorge e Aerogare das Flores foi atribuída à SATA – Gestão de Aeródromos, SA, mediante Contrato datado de 1 de Julho de 2005 e celebrado na sequência da Resolução do Conselho de Governo n.º 102/2005, de 16 de Junho, por um período de dez anos, renovável por períodos de 5 anos, até ao limite máximo de 20 anos.  <b><u>PORTOS</u></b>  PORTOS DOS AÇORES, SA

<sup>4</sup> Se no seu Estado-Membro num determinado setor apenas houver um pequeno número de SIEG individuais, agradeceríamos uma descrição pormenorizada desses serviços. Se no seu Estado-Membro um grande número de serviços for confiado a um setor específico (por exemplo, devido ao facto de a competência caber às autoridades regionais ou locais), seria desproporcionado facultar informações individuais sobre as atribuições; continua a ser de importância crucial, porém, uma descrição geral clara e concisa do modo como o setor é organizado, incluindo as características comuns das atribuições individuais. Atendendo a que os casos abrangidos pelo Enquadramento SIEG serão em número limitado, a Comissão espera uma descrição pormenorizada de cada medida concreta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
**Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas**

	<p>Pelo Decreto Legislativo Regional n.º 30/2003/A, de 27 de junho foram criadas as 3 administrações portuárias regionais (APSM - Administração dos Portos das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria, S.A; APTO - Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A; e APTG - Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A), as quais, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, foram incorporadas, por um processo de fusão, na empresa Portos dos Açores, SA.</p> <p>A Portos dos Açores, SA, é uma sociedade de capitais exclusivamente públicos que têm como missão a administração dos portos da Região Autónoma dos Açores, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária.</p> <p>Entre 2004 e 2011 foram celebrados entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e as Administrações Portuárias Regionais, atual Portos dos Açores, SA, contratos com vista à realização de diversas obras de construção, modernização, ampliação e requalificação das infraestruturas portuárias regionais, ao abrigo de Resoluções do Conselho de Governo.</p> <p>Em 2012 e 2013 não foram celebrados quaisquer contratos entre a RAA e a Portos dos Açores, SA.</p> <p>Em 2014 foram celebrados, ao abrigo de Resoluções do Conselho de Governo, dois contratos programa entre a Região Autónoma dos Açores (RAA) e a Portos dos Açores, SA, um para a execução da obra de prolongamento do molhe-cais do porto de Velas em S. Jorge e o outro para a execução das obras de repavimentação do cais do porto de Praia da Vitória e do pavimento do acesso ao terminal de combustíveis e para a instalação da rede de incêndios do porto de Praia da Vitória. Em 2015 foi celebrado apenas</p>
--	--



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	um contrato programa para a execução da obra de ampliação do porto da Casa, na ilha do Corvo.
Explicar a <b>duração</b> (habitual) <b>da atribuição</b> e a variação das durações das atribuições. Indicar também a proporção de atribuições com uma duração superior a 10 anos.	Os contratos celebrados têm habitualmente as seguintes durações: a) serviços aeroportuários de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais: 10 anos; b) requalificação, modernização e construção de infraestruturas portuárias: 1 a 4 anos.
Explicar se (habitualmente) são concedidos <b>direitos exclusivos ou especiais</b> às empresas.	Não são concedidos direitos exclusivos ou especiais às empresas.
Explicar o <b>mecanismo de compensação</b> (habitual) no que respeita aos respetivos serviços, incluindo o instrumento de auxílio (subvenção direta, garantia, etc.) utilizado, e se é utilizada a metodologia baseada na imputação de custos ou nos custos líquidos evitados.	<p>Todos os contratos celebrados com as empresas do setor público empresarial regional prestadoras de serviços públicos contêm cláusulas que visam impedir subvenções cruzadas, permitir uma afetação correta dos custos e evitar compensações excessivas.</p> <p>Para que o montante da compensação não ultrapasse o necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações, nos contratos celebrados com as Administrações Portuárias Regionais, atual Portos dos Açores, SA são estipuladas cláusulas que determinam as verbas globais atribuídas e a condição do montante da comparticipação financeira a atribuir ser proporcionalmente reduzido, caso a empresa beneficie de apoio suplementar de outras formas de financiamento.</p> <p>No caso da SATA Gestão de Aeródromos, SA, foram definidos os encargos e investimentos da responsabilidade da concedente e estipulado que a concessionária deverá apresentar, anualmente, um plano de exploração para o ano seguinte indicando os equipamentos, obras de conservação/manutenção ou ampliação a realizar nos aeródromos necessárias ao seu normal funcionamento e desenvolvimento, bem como a sua calendarização e respetivos custos, o</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	qual é previamente aprovado pela concessionária.
Explicar as <b>medidas</b> (habituais) <b>destinadas a evitar eventuais compensações excessivas e respetivas modalidades de reembolso.</b>	<p>A Região Autónoma dos Açores realiza e assegura que são realizados controlos regulares destinados a garantir que as empresas não recebem compensações superiores ao montante necessário para cobrir os custos ocasionados pelo cumprimento das obrigações de serviço público.</p> <p>A Região considera esta fiscalização perfeitamente adequada, enaltecendo a grande proximidade que tem com estas empresas do setor público empresarial regional por razões de tutela e superintendência e pelo facto de acompanhar muito proximamente o desenvolvimento da atividade das mesmas.</p> <p>SATA – GESTÃO DE AERÓDROMOS, SA</p> <p>A SATA – Gestão de Aeródromos, SA enquanto concessionária do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeródromos regionais tem a obrigação de apresentar, para aprovação da concedente, um plano de exploração para o ano seguinte, até ao final do mês de Julho do ano anterior, indicando os equipamentos, as obras de conservação/manutenção/ampliação que pretende efetuar nos aeródromos concessionados, necessários ao seu normal desenvolvimento, bem como a sua calendarização e respetivos custos. Como contrapartida da prestação de serviços, a concessionária tem direito a receber as compensações financeiras estipuladas no Contrato.</p> <p>Neste mesmo Contrato encontra-se estipulado que a SATA – Gestão de Aeródromos, SA assume os riscos da concessão, podendo, no entanto, haver lugar à reposição do equilíbrio financeiro, em casos de força maior por eventos imprevisíveis e irresistíveis exteriores à concessionária e que tenham um impacto direto negativo sobre a</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
**Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas**

	<p>concessão ou em casos de alteração anormal e imprevisível das condições em que se baseou a proposta, de que resulte substancial aumento de encargos. A reposição do equilíbrio financeiro da concessão será operada mediante a atribuição de uma compensação direta à concessionária pela concedente, devendo a concessionária notificar a concedente da ocorrência de qualquer evento que possa dar lugar à reposição do equilíbrio financeiro da concessão, no prazo máximo de dez dias seguintes à sua ocorrência.</p> <p>Das obrigações contratuais da SATA – Gestão de Aeródromos, SA, constam as de fornecer à concedente todos os elementos relativos à concessão que esta entenda dever solicitar-lhe e permitir o livre acesso das entidades fiscalizadoras, desde que devidamente identificadas a quaisquer instalações e equipamentos, dentro das áreas concessionadas.</p> <p>PORTOS DOS AÇORES, SA</p> <p>O controlo da aplicação das verbas disponibilizadas no âmbito dos contratos celebrados com a Portos dos Açores, SA e a sua adequação aos fins propostos exerce-se, nomeadamente, através da obrigação desta entidade de prestar a informação e os esclarecimentos que lhes for solicitado pela Região, com a periodicidade que esta entender conveniente, assim como de se submeter às avaliações e/ou auditorias realizadas pela Região ou por quem ela designar para o efeito.</p> <p>A Portos dos Açores, SA, obriga-se, ainda, a elaborar e a enviar à Região relatórios intercalares anuais, bem como relatórios finais sobre a execução dos contratos e a incluir no seu plano anual de atividades uma referência expressa ao estado de execução</p>
--	--





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

	dos contratos celebrados.
<b>Montante do auxílio concedido</b>	
<b>Montante total do auxílio concedido</b> <sup>5</sup> . <u>Inclui todos os auxílios pagos no seu território, nomeadamente o auxílio pago pelas autoridades regionais e locais.</u>	<p>As transferências financeiras para as empresas do setor público empresarial regional durante os anos de 2012 a 2015 foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Aeroportos: 3.608.194,47€ SATA Gestão de Aeródromos, SA 2012: 589.037,77€ 2013: 2.837.541,66€ 2014: 0,00€ 2015: 0,00€</li><li>- Portos: 4.118.954,00€ Portos dos Açores, SA 2012: 0,00€ 2013: 0,00€ 2014: 1.852.340,00€ 2015: 2.266.614,00€</li></ul>
<b>outras informações quantitativas</b> <sup>6</sup>	<p>Os beneficiários dos serviços de interesse económico geral nos aeroportos e portos são os cidadãos, cujo movimento nos aeroportos e portos consta do anexo I, bem como todo o tecido empresarial regional.</p> <p>A Portos dos Açores, SA, é uma PME empresa com um efetivo de 280 trabalhadores.</p> <p>A SATA Gestão de Aeródromos, SA é uma pequena empresa com um efetivo médio de 25 trabalhadores.</p>

<sup>5</sup> Tal como estipulado no artigo 9.º, alínea b), da Decisão SIEG e no ponto 62, alínea b), do Enquadramento SIEG. Fornecer, por favor, uma repartição por ano civil.

<sup>6</sup> A Comissão gostaria de receber quaisquer dados de que possa dispor sobre os auxílios concedidos em conformidade com a Decisão SIEG e o Enquadramento SIEG, por exemplo, o número de beneficiários por setor, o montante médio do auxílio, o montante por instrumento de auxílio (subvenção direta, garantia, etc.), a dimensão das empresas, etc. Se num Estado-Membro essas outras informações quantitativas não estiverem facilmente disponíveis, elas podem, obviamente, ser apresentadas de forma mais agregada e/ou por estimativa. Nesse caso, indicar que foram utilizadas estimativas e o tipo de agregação efetuada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

5) Outras compensações SIEG

TEATRO MICAELENSE - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, SA

Descrição clara e completa do modo como os respetivos serviços estão organizados no seu Estado-Membro <sup>7</sup>	
Explicar que tipo de serviços no respetivo setor foram definidos como SIEG no seu Estado-Membro. Enumerar de forma tão clara quanto possível os <b>conteúdos dos serviços atribuídos como SIEG</b> .	Contrato Programa entre a Região Autónoma dos Açores e o Teatro Micaelense – Centro Cultural e de Congressos, SA.
Explicar das <b>formas</b> (habituais) <b>de atribuição</b> . Se forem utilizados modelos normalizados para as atribuições para um determinado setor, é favor anexá-los.	A 14 de junho de 2013 foi celebrado entre a Região Autónoma dos Açores e a TEATRO MICAELENSE - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, SA, um contrato-programa tendo por objeto regular os termos em que se desenvolve a colaboração entre a Região e a sociedade, com vista à concretização do plano anual de ações para o desenvolvimento da oferta cultural, da sua diversificação e promoção da Região.
Explicar a <b>duração</b> (habitual) <b>da atribuição</b> e a variação das durações das atribuições. Indicar também a proporção de atribuições com uma duração superior a 10 anos.	Anualmente a região fixa, por despacho conjunto dos secretários regionais com competências nas áreas das finanças e da cultura, o montante das verbas a transferir para a concessionária.
Explicar se (habitualmente) são concedidos <b>direitos exclusivos ou especiais</b> às empresas.	Não.
Explicar o <b>mecanismo de compensação</b> (habitual) no que respeita aos respetivos serviços, incluindo o instrumento de auxílio (subvenção direta, garantia, etc.) utilizado, e se é utilizada a metodologia baseada na imputação de custos ou nos custos líquidos evitados.	A compensação financeira é efetuada através de Contrato-Programa, através da imputação de custos.

<sup>7</sup> Se no seu Estado-Membro num determinado setor apenas houver um pequeno número de SIEG individuais, agradeceríamos uma descrição pormenorizada desses serviços. Se no seu Estado-Membro um grande número de serviços for confiado a um setor específico (por exemplo, devido ao facto de a competência caber às autoridades regionais ou locais), seria desproporcionado facultar informações individuais sobre as atribuições; continua a ser de importância crucial, porém, uma descrição geral clara e concisa do modo como o setor é organizado, incluindo as características comuns das atribuições individuais. Atendendo a que os casos abrangidos pelo Enquadramento SIEG serão em número limitado, a Comissão espera uma descrição pormenorizada de cada medida concreta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

Explicar as <b>medidas</b> (habituais) <b>destinadas a evitar eventuais compensações excessivas e respetivas modalidades de reembolso</b> .	Das obrigações contratuais da TM SA resultam deveres especiais de informação, nomeadamente elaborar e enviar à Região relatórios semestrais e um relatório final sobre a execução do contrato
<b>Montante do auxílio concedido</b>	
<b>Montante total do auxílio concedido</b> <sup>8</sup> . <u>Inclui todos os auxílios pagos no seu território, nomeadamente o auxílio pago pelas autoridades regionais e locais.</u>	2014: 700.000,00€; 2015: 735.000,00€
<b>outras informações quantitativas</b> <sup>9</sup>	

<sup>8</sup> Tal como estipulado no artigo 9.º, alínea b), da Decisão SIEG e no ponto 62, alínea b), do Enquadramento SIEG. Fornecer, por favor, uma repartição por ano civil.

<sup>9</sup> A Comissão gostaria de receber quaisquer dados de que possa dispor sobre os auxílios concedidos em conformidade com a Decisão SIEG e o Enquadramento SIEG, por exemplo, o número de beneficiários por setor, o montante médio do auxílio, o montante por instrumento de auxílio (subvenção direta, garantia, etc.), a dimensão das empresas, etc. Se num Estado-Membro essas outras informações quantitativas não estiverem facilmente disponíveis, elas podem, obviamente, ser apresentadas de forma mais agregada e/ou por estimativa. Nesse caso, indicar que foram utilizadas estimativas e o tipo de agregação efetuada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO  
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas

**ANEXO I**

**PASSAGEIROS DESEMBARCADOS NOS AEROPORTOS DOS AÇORES**

<b>Ano</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
S. MARIA	29.429	30.971	30.515	33.012	36.368
S. MIGUEL	448.784	434.411	442.442	471.869	618.829
TERCEIRA	217.748	203.738	200.304	215.143	234.668
GRACIOSA	20.425	18.604	17.451	19.040	20.383
S. JORGE	25.521	23.991	24.070	24.264	26.472
PICO	32.278	33.369	33.723	37.474	44.562
FAIAL	91.076	85.212	84.206	82.615	91.940
FLORES	21.988	20.977	20.808	22.066	24.158
CORVO	2.219	2.263	2.307	2.600	3.014
<b>AÇORES</b>	<b>889.468</b>	<b>853.536</b>	<b>855.826</b>	<b>908.083</b>	<b>1.100.394</b>

Fonte: SREA

**PASSAGEIROS DESEMBARCADOS NOS PORTOS DOS AÇORES**

<b>Ano</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
S. MARIA	11.485	9.445	8.987	8.667	8.684
S. MIGUEL	21.412	18.547	18.241	17.212	16.799
TERCEIRA	22.816	19.900	17.776	18.750	16.906
GRACIOSA	6.346	5.411	4.673	4.530	4.583
S. JORGE	32.469	32.804	33.361	34.830	37.530
PICO	198.359	188.468	192.851	205.306	215.772
FAIAL	188.788	179.577	183.388	190.279	208.466
FLORES	2.778	2.587	2.501	2.816	2.403
CORVO	1.696	1.738	1.656	1.668	1.545
<b>AÇORES</b>	<b>486.149</b>	<b>458.477</b>	<b>463.434</b>	<b>484.058</b>	<b>512.688</b>

Fonte: SREA